
REGIÃO E SEUS NÚCLEOS CENTRAIS: UMA BREVE ANÁLISE

Evaldo **FERREIRA**

Docente do curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

E-mail: evaldoferreira@unemat.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6725-7607>

Histórico do Artigo:

Recebido

Maio de 2021

Aceito

Junho de 2021

Publicado

Agosto 2021

Resumo: O objetivo do presente artigo é realizar uma breve discussão sobre o conceito Região e sua utilização na evolução do pensamento geográfico. Assim, metodologicamente, por meio de pesquisas bibliográficas, é apresentada uma análise desta categoria em Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne, passando por alguns autores que tem trabalhado e/ou apresentado conceito(s) sobre região na contemporaneidade, bem como pela discussão sobre os núcleos centrais do conceito, quais sejam: singularidade espacial, coesão, estabilidade, contiguidade e continuidade espacial e a mesoescala de análise. Esta discussão teórica é de fundamental importância para a construção do pensamento geográfico nestes tempos em que quase tudo já se encontra pronto nos meios digitais e o exercício da leitura para a construção das ideias tem ficado em segundo plano.

Palavras-chave: Região. Conceitos teóricos. Núcleos Centrais do Conceito.

REGIÓN Y SUS NÚCLEOS CENTRALES: BREVE ANÁLISIS

Este artículo hace parte de la tesis de doctorado titulada “Cáceres: capital regional no contexto de Mato Grosso”, cuyo objetivo principal ha sido el de analizar la función, la dinámica y los flujos que caracterizan la ciudad de Cáceres como polo regional o como una de las capitales regionales del Estado de Mato Grosso, a través de sus conexiones, polaridad y centralidad ejercida sobre las demás ciudades de la región. Como la categoría “región” es un concepto caro a la Geografía, para la elaboración de la tesis ha sido necesario visitar este concepto en los clásicos de la Geografía y el propósito de este artículo es discutir brevemente el concepto. Así, metodológicamente, a través de la investigación bibliográfica, un análisis de esta categoría se presenta en Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer y Richard Hartshorne, pasando por algunos autores que han trabajado y / o presentado concepto(s) sobre región en la época contemporánea, como así como para la discusión sobre los núcleos centrales del concepto, a saber: singularidad espacial, cohesión, estabilidad, contigüidad y continuidad espacial y la mesoescala de análisis. Esta discusión teórica es de fundamental importancia para la construcción del pensamiento geográfico en estos tiempos en los que casi todo está listo en los medios digitales y el ejercicio de la lectura para la construcción de ideas ha quedado en un segundo plano.

Palavras clave: Región. Conceptos teóricos. Nucleos Centrales del Concepto.

REGION AND ITS CENTRAL NUCLEUS: A BRIEF ANALYSIS

Abstract: This article is part of the doctoral thesis entitled "Cáceres: regional capital in Mato Grosso context", whose main objective was to analyze the function, dynamics and flows that characterize the city of Cáceres as a regional center or one of the regional capitals State of Mato Grosso, through its connections, polarity and centrality exercised on other cities. As the category "region" is an expensive concept to Geography, for the preparation of the thesis it was necessary to revisit this concept in classical geography and the purpose of this article is to carry out a brief discussion of the concept. Thus, methodologically, through bibliographical research, an analysis of this category is presented in Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer and Richard Hartshorne, passing by some authors who have worked and/or presented concept(s) about region in contemporary times, as well, as for the discussion on the central cores of the concept, namely: spatial singularity, cohesion, stability, contiguity and spatial continuity and the mesoscale of analysis. This theoretical discussion is of fundamental importance for the construction of geographic thinking in these times when almost everything is ready in digital media and the exercise of reading for the construction of ideas has been in the background.

Keywords: Region. Theoretical Concepts. Concept Central Cores.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o conceito “Região” persegue a Geografia desde a sua consolidação como ciência ou até mesmo antes disto, uma vez que, além do debate acadêmico, esta é uma

concepção que envolve também o senso comum e, neste, a noção de região acompanha o homem desde que o mesmo tomou consciência sobre a sua localização no espaço.

Assim, a percepção regional vem amparada, inicialmente, em relação aos aspectos físicos, principalmente o relevo, a hidrografia e a vegetação. Porém, como a noção de região envolve também a percepção que o indivíduo e o grupo (sociedade) têm em relação aos demais indivíduos e grupos (sociedades), os aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos são indispensáveis em sua definição.

É na relação homem e natureza que se conceitua e se define os vários tipos de região, apresentando sua existência como uma realidade concreta, fruto de intervenções técnicas, políticas, administrativas e institucionais; como realidade simbólica, relacionada à identidade, à consciência e à solidariedade entre os indivíduos; ou como ambas.

São nestes contextos que o presente artigo busca discutir, de forma sucinta, o conceito de região e seus núcleos centrais. Para tanto, enquanto procedimentos metodológicos, buscou-se apresentar, por meio de um estudo bibliográfico, uma síntese das principais ideias de autores que discutem sobre este conceito.

Para melhor compreensão, dividiu-se a discussão entre os autores que trabalham com os clássicos (ou os pais) da região em Geografia – Vidal de La Blache, Hartshorne e Sauer –, para depois adentrar na percepção existente entre aqueles que discutem o conceito “região” nas diferentes correntes filosóficas que influenciaram e/ou influenciam o pensamento geográfico. Considerando-se a importância do tema, buscou-se ainda apresentar referências bibliográficas que discutem os núcleos centrais do conceito.

O CONCEITO DE REGIÃO NOS CLÁSSICOS EM GEOGRAFIA

Para a Geografia, o conceito de região é um termo controverso, uma vez que a polêmica sobre o mesmo, apresentada por vários teóricos, envolve o senso comum, o debate acadêmico e a realidade concreta (HAESBAERT, 2010a). Entretanto, apesar das divergências, a análise dos conceitos se converge na diferenciação de áreas.

No senso comum, a expressão região é empregada no cotidiano para se referir a lugares que se diferenciam dos outros – como apresentado por Amorim (2007) –, parcela do espaço – conforme Haesbaert (1999) – e está relacionada aos princípios de localização e extensão, “ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial” (GOMES, 2009, p. 53), não tendo tamanho definido e podendo referir-

se às características espaciais das mais diversas ordens: demográfica, física, econômica, política ou cultural.

Apesar de, etimologicamente, “região” advir do termo latim *regere*, cujo radical “*reg*” compõe a palavra *regio*, referindo-se à “unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano” (CORRÊA, 2001, p. 183), ou ainda *regione*: “a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (GOMES, 2009, p. 50), o conceito de “região” só foi sistematizado, segundo Vilarinho Neto (2002), a partir do século XVIII.

Neste contexto, Haesbaert (1999) destaca os clássicos Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne como os “pais” da região em Geografia, observando que, apesar das perspectivas distintas, estes três autores “enfatizaram a ‘diferenciação de áreas’ como questão fundamental para o trabalho do geógrafo” (p. 17).

Assim, a discussão teórico-metodológica em Vidal de La Blache está dividida em duas vertentes (ALMEIDA, 2008): a primeira parte do princípio que região é um objeto observável empiricamente, “‘algo vivo’, uma ‘individualidade’ ou mesmo uma ‘personalidade geográfica’” (HAESBAERT, 1999, p. 18); a segunda levanta o questionamento sobre a existência objetiva das regiões, “sobre a conveniência da metodologia regional diante das realidades estudadas, isto é, os significados e suas razões de ser” (ALMEIDA, 2008, p. 18).

Por meio desta primeira vertente – que, inicialmente, se sobrepôs à segunda –, Vidal de La Blache buscou apresentar uma metodologia para definir região, “partindo da observação, passando à descrição, e estabelecendo a correlação dos elementos delas integrantes, com o objetivo último de alcançar a explicação” (ALMEIDA, 2008, p. 18).

Vidal de La Blache, numa visão possibilista, via o homem e a natureza como constituintes de uma mesma unidade, buscando, em *Principes de Géographie Humaine* (apud LENCIONI, 2003), classificar a ideia de região como integração e síntese dos aspectos humanos e naturais. Assim, “uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza” (LENCIONI, 2003, p. 105).

Em Vidal de La Blache também se encontra a noção de complementaridade entre as regiões, ocasionada pelo desenvolvimento da civilização, os meios de troca entre os diversos grupos, o crescimento da circulação e a divisão regional do trabalho, que tornam as regiões dependentes umas das outras, havendo, as cidades “formadoras de unidade”, que criam e organizam regiões, as quais o autor denominou de região nodal (LENCIONI, 2003).

Ozouf-Marignier e Robic ([1995] 2007) explicaram a complexidade do pensamento regional vidaliano a partir de oito de suas obras datadas de 1888 a 1917; entretanto, Haesbaert (2005), numa síntese do trabalho destas autoras, apresenta as três principais fases sobre as obras de Vidal de La Blache: a primeira pautada no determinismo físico-natural, com valorização das unidades fisiográficas; a segunda, representada pela obra *Tableau de la Géographie de la France*, de 1903, na qual se valoriza as ações humanas ou os resultados da relação “homem-meio” na definição da região; e a terceira aquela em que se introduz a concepção econômica, observando a questão da industrialização e da política na configuração da região (HAESBAERT, 2005, p. 5). Portanto, segundo Haesbaert (2005), pode-se afirmar que em La Blache estão presentes as concepções de região natural, região como produto da relação homem-meio, região econômica, região nodal e região no sentido político.

Neste mesmo contexto, Domingues (1985) descreve que em Vidal de La Blache as bases para uma divisão regional se assentam fundamentalmente nos princípios de relação homem (raça, costumes, história) e meio (clima, geologia, relevo, produções naturais); na homogeneidade – que pode conter elementos heterogêneos –; nas afinidades econômicas e na funcionalidade do centro regional.

Para Hartshorne (1978) – que defendia que cabe à Geografia analisar na distribuição dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, valorizando as proximidades das conexões e associações dos lugares/regiões (p. 124), deixando de lado variações de menor relevância (p. 125) –, a região é um produto mental, que tem sua gênese nas diferentes formas de organização do espaço, ou seja, região é “uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção. A natureza da distinção é determinada pelo pesquisador” (p. 138).

Foi Sauer quem primeiro introduziu a expressão “diferenciação de áreas” (HARTSHORNE, 1978). E, “se a Geografia é a ciência da diferenciação de áreas [...] é sobretudo em seus aspectos humanos que as áreas diferem não apenas em sua morfologia, mas [...] em sua] fisiologia” (p. 13 e 20). Entretanto, Hartshorne sugere que se use, para evitar confusões com os organismos vivos, a expressão “relações funcionais”, ou seja, os movimentos existentes entre as áreas.

Esses movimentos, relações, conexões entre áreas ocorrem em graus e intensidades diferentes, havendo, em um lugar, fenômenos totalmente independentes e outros largamente dependentes aos de outros lugares; há áreas mais autossuficientes e outras mais sujeitas à influência de outras áreas; por isso Hartshorne (1978) propõe, para o estudo regional, que se examine:

Os múltiplos fenômenos que, em diversas combinações de relações e conexões, integradas de maneira estreita ou frouxa, constituem o caráter da área de cada lugar. A combinação total de aspectos pode ser dividida em segmentos, para fins de estudo, cada um deles incluindo aspectos em certa medida estreitamente inter-relacionados. Tais segmentos podem ser, a seu turno, subdivididos em outros, que incluam menor número de elementos em integração mais estreita, até chegar-se ao aspecto ou elemento isolado. Todavia, em cada caso a variação espacial do segmento é estudada em termos das relações dos seus elementos, tanto entre si, como com outros aspectos ou elementos da área (p. 123).

Além disto, se a área houver sido dividida em regiões, é preciso considerar as conexões existentes em cada região com as demais. Todavia, o próprio autor reconhece a dificuldade de determinar qual a divisão de áreas mais útil na Geografia, bem como a impossibilidade de se estudar o conjunto total dos fenômenos de uma área que são significantes para a Geografia (HARTSHORNE, 1978).

O autor ainda apresenta as diferenças de conceitos entre região formal e região funcional, sendo a primeira uma área homogênea quanto às categorias particulares, com integração parcial dos fenômenos no mesmo lugar; e, a segunda, uma área coerentemente organizada de maneiras particulares, com interconexão parcial dos fenômenos em lugares diferentes (HARTSHORNE, 1978).

Gomes (2009) observa que em Hartshorne – assim como em Hettner – o método corológico orienta a Geografia para as pesquisas unificadas no campo físico e humano, sendo a região a síntese desta relação e o campo empírico de observação e da verificação das relações gerais, destacando que “a partir do método regional a dicotomia sistemático-particular desaparece em uma espécie de complementaridade inerente ao próprio conceito de região” (p. 50).

Já Sauer, num rompimento com o determinismo geográfico, propôs a análise da “morfologia da paisagem”, que define a Geografia “como o estudo da diferenciação de áreas ou corologia” (CORRÊA, 2001, p. 261), na comparação das paisagens individuais em relação a outras paisagens (HAESBAERT, 1999).

Segundo Vilarinho Neto (2002) o método proposto por Sauer se sustenta na base de estrutura espacial, sendo as estruturas, as formas e os elementos, seus princípios fundamentais, possibilitando à Geografia “estabelecer um conhecimento sistemático e geral, englobando toda a diversidade espacial” (p. 18).

Para Correa (1987) a diferença entre estes três autores se encontra no fato de Vidal de La Blache e Sauer enxergarem a região como uma entidade concreta, palpável, identificável, cabendo ao geógrafo, além de colocá-la em evidência, descrever a sua individualidade/personalidade por meio de seus conteúdos internos e de suas inter-relações e de se mostrar como a região foi constituída ao longo da história (paisagem cultural); enquanto para Hartshorne a região é uma criação intelectual, por isso, o que importa é o método regional, a diferenciação de áreas com seus fenômenos naturais e sociais.

Haesbaert (1999, p. 18 e 19), relevando as divergências dos três autores em relação ao enfoque regional, afirma que os pontos comuns entre eles são: (1) a importância dada ao específico, ao singular; (2) o estudo integrador que permite perceber a coesão/coerência interna à região; (3) a continuidade espacial; (4) a estabilidade regional; e (5) a relação entre região e uma mesoescala de análise. Núcleos centrais do conceito região que serão analisados em uma seção à parte.

A partir destes autores, o debate sobre região e seus desdobramentos (regionalização, regionalismo, regionalidade e ato de regionalizar) foi bastante discutido, tanto pela Geografia, quanto por outras ciências, sendo que alguns chegaram a decretar sua morte – e sua ressurreição (HAESBAERT, 2005 e HAESBAERT, 2010a). Entretanto, no contexto geral, no pensamento geográfico, quatro conceitos principais marcam a discussão sobre região, sendo eles: região natural, região geográfica, região homogênea e região funcional.

AS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DE REGIÃO

O conceito de região natural está ligado à escola geográfica alemã, e é entendido como uma porção da superfície terrestre caracterizada pela uniformidade, tendo como dimensão estruturante o meio físico-natural, sendo o clima – e por vezes a geologia ou a vegetação – um dos elementos da natureza destacado para caracterizar a região. Este conceito apresenta forte conotação com o determinismo ambiental.

Entretanto, baseado nos conceitos de região elementar, caracterizada pela predominância de um só fenômeno; região geográfica complexa – áreas de sobreposição de várias regiões elementares –; e região integral, formada por um conjunto de regiões geográficas complexas, Carvalho (1924 apud ANDRADE, 1973) apresentou a seguinte conceituação para região natural:

uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a investigação e a observação permitem criar numa área geográfica estudada, com o intuito de salientar a importância das diferentes influências fisiográficas, respeitando, o

mais possível, o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado (p. 35).

Utilizando-se deste conceito de região natural vários planejamentos e/ou ações, principalmente por parte do poder público e de órgãos oficiais, foram realizados. Assim, por exemplo, cita-se a construção de barragens e a utilização do rio Tennessee, nos Estados Unidos, para navegação e produção de energia que desenvolveu aquela região até então estagnada (CORREA, 2007; ANDRADE, 1973); ou ainda os exemplos brasileiros de projetos de desenvolvimento que se baseiam em bacias hidrográficas na Amazônia, vale do São Francisco, bacia Paraná-Uruguaí e vale do Jaguaribe (ANDRADE, 1973). O próprio IBGE, na primeira divisão regional oficial do País, realizada em 1941, se valeu deste conceito.

Já a região geográfica é “entendida como uma área territorial com combinações dos fenômenos naturais e humanos dando-lhes homogeneidade e também individualidade” (VILARINHO NETO, 2002, p. 37). Neste conceito, defende-se que o homem é produto do meio, porém, devido sua racionalidade, tem condições de modificá-lo, criando novas configurações regionais.

Cholley (apud ANDRADE, 1973, p. 37) diz que para conceituar o termo é preciso considerar que a palavra “região” sempre indica a ideia de organização, sendo esta consequência da presença humana, e que este é um “conceito eminentemente dinâmico, não podendo ser confundido, quer quanto a sua escala, quer quanto as suas características”. Assim, as regiões geográficas são caracterizadas pelos domínios físicos, o meio biológico e a organização do espaço feita pelo homem (ANDRADE, 1973).

Os conceitos de região homogênea e região funcional estão vinculados à matriz lógico-positivista e têm forte influência nos órgãos oficiais de planejamento. Assim, região homogênea (ou uniforme), seriam áreas ou zonas que agregam características estatísticas semelhantes, sejam elas físicas (clima, solo, relevo), econômicas (produção agropecuária, nível de renda), demográficas (população rural e/ou urbana), social ou étnica, priorizando a homogeneidade, a estabilidade e a extensão uniforme dos fenômenos (HAESBAERT, 2010a).

Segundo Gomes (2009), sob a abordagem lógico-positivista, cuja classificação regional ocorre por meio da divisão do espaço segundo critérios ou variáveis relevantes para uma certa explicação, as propostas de regiões homogêneas:

Partem da ideia de que ao selecionarmos variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos nas frequências e na magnitude destas

variáveis, estatisticamente mensurados, definem espaços mais ou menos homogêneos – regiões isonômicas, isto é, divisões do espaço que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial (p. 63 e 64).

Já a região funcional (ou polarizada) valoriza o papel das cidades na organização do espaço, pois, nesta definição, a extensão territorial não é tão importante, mas sim as relações econômicas dadas pelos fluxos de transportes, prestação de serviços, comunicações e capitais, considerando-se a influência de determinada cidade sobre o espaço ao redor, seja ele sua zona rural ou outras cidades (VILARINHO NETO, 2002). São “múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado” (GOMES, 2009, p. 64).

Segundo Neves e Abrantes (1967), Boudeville, em uma análise mais voltada para a Economia, definiu a região polarizada como “o espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, especialmente com os polos dominantes, mais intercâmbios do que com as regiões vizinhas” (p. 30).

Numa visão mais geográfica, Juillard (1965) descreve a região funcional como o resultado da ação econômica e social, do desenvolvimento e planejamento de determinada divisão territorial e que “cada região tem sua função própria” (p. 227), sendo esta observada por meio da hierarquia dos centros, da densidade e intensidade dos fluxos, além de outros elementos menos visíveis como as migrações, os fluxos de mercadorias e de capitais e as decisões administrativas. Portanto, a região polarizada “é dinâmica e precisa ser vista num determinado tempo, num determinado espaço geográfico e segundo a ou as funções de seu centro dinâmico” (NEVES; ABRANTES, 1967, p. 30).

OUTROS TIPOS E CONCEITOS DE REGIÃO

Como já comentado anteriormente, há muitas dificuldades de se precisar o conceito de região, pois este pode variar conforme o objetivo do pesquisador, planejador, governante, instituição, empresa e, até mesmo, “pessoas comuns”. Entretanto, o consenso é que a mesma pode e deve ser pensada no contexto das diferenciações e das diferenciações de áreas, sob qualquer ângulo, seja ele “econômico, social, político, cultural, antropológico, geográfico, histórico” (OLIVEIRA, 1993, p. 27), administrativo, ambiental, ecológico ou natural.

Todavia, Gomes (2009) deixa claro que o conceito de região “tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura

e do estatuto da diversidade espacial” (p. 52), e possui um inequívoco componente espacial, baseado em noções de autonomia, soberania, direitos e de suas representações.

Assim sendo, buscar-se-á apresentar, de forma sucinta, em complemento aos clássicos da região em Geografia expostos anteriormente, alguns entre os diversos autores que têm trabalhado e/ou apresentado conceito(s) sobre este tema.

Em seu livro “Região e Geografia”, Lencioni (2003) trata da evolução do pensamento geográfico, com destaque aos estudos regionais, mostrando como o conceito de região é “pertinente à perspectiva geográfica, apesar de se constituir, ainda hoje, em uma noção problemática” (p. 15). Assim, entre outras, em Lencioni (2003), a ideia de região também faz parte do senso comum (linguagem comum), “é passível de mistificação social e manipulação política” (p. 20), além de conter as ideias de parte de um todo e de escala.

A autora (LENCIONI, 2003) credita aos gregos a primeira regionalização, uma vez que a conceberam com a utilização de algum método, elaborando, por exemplo, a divisão da Terra em zonas, segundo critérios de temperatura, mostrando ordenação e sugerindo comparações. Depois disto, Lencioni (2003) discorre sobre a influência romana e árabe sobre a noção de região, até chegar ao século XVIII, com o Estado Absolutista, passando pelas influências ocasionadas em virtude das grandes navegações e descobertas.

Porém, é a partir do nascimento da Geografia como ciência moderna que se destaca a região como objeto de estudo, pois, buscou-se sistematizar este pensamento e as várias correntes filosóficas possibilitaram o desenvolvimento da Geografia: “positivismo e historicismo, determinismo e possibilismo, inspirados na filosofia iluminista, no idealismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas do desenvolvimento da Geografia moderna” (LENCIONI, 2003, p. 87).

Neste contexto, Gomes (1987) faz uma sistematização do conceito de região na postura romântica e na lógica racionalista, destacando que, no primeiro caso, a região é uma realidade concreta, existe como realidade, como produto histórico específico, fruto do processo de devir, sem se preocupar com um conceito que a defina, mas em observar suas especificidades, buscar no passado as raízes de sua singularidade, valorizá-las como objeto do conhecimento naquele espaço e compreender o único, que lhe dá a marca e o caracteriza. Já na lógica iluminista, deve-se procurar o que há de geral nas regiões, construir um conceito, conseguir formar uma abstração a partir do que é comum, assim, a região passa a ser uma unidade analítica, na qual, no processo de permanente crítica, criam-se condições de superar os recortes espaciais anteriores, mantendo-os sempre em movimento. Para tanto, os meios devem ser sempre objetivos e o único método aceito é o científico.

Dentre os pensadores desta época destacam-se Alexander von Humboldt – que estabeleceu o estudo das ciências naturais (fisiografia), do desenvolvimento das coisas no tempo (história natural) e da distribuição espacial dos elementos (geognosia) – e Carl Ritter, para o qual “a Terra constitui um todo orgânico e a região, uma parte deste organismo” (LENCIONI, 2003, p. 92). Tal pensamento levou ao desenvolvimento da Geografia Regional.

Segundo a autora, a importância do estudo regional se tornou tão grande que, quando visões distintas do ponto de vista teórico e metodológico ameaçaram separar a Geografia em ciência da natureza – cujos estudos concentravam-se na investigação e descrição dos aspectos naturais – e ciência do homem – preocupados apenas com o estudo dos aspectos socioculturais –, a solução para tal dicotomia se deu com o estudo regional:

O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos (LENCIONI, 2003, p. 100).

Já no neokantismo, a discussão era se a Geografia seria uma ciência nomotética – que estabelece leis gerais –, ou uma ciência idiográfica – voltada para a pesquisa de fatos particulares. Tal resposta veio com Hettner, que argumentou ser a Geografia tanto uma quanto a outra, e o seu objeto não é “o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre” (LENCIONI, 2003, p. 123).

Corrêa (2001) evidencia como o termo “região” foi considerado pelos geógrafos ao longo da história da Geografia, mais precisamente do último quartel do século XIX até os tempos hodiernos. Assim, até 1970, o conceito passou da leitura do ecossistema do espaço (Região Natural), à área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural (Região-paisagem), chegando a apenas uma classe de área (matriz lógico-positivista), onde pode haver tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador (CORRÊA, 2001).

A partir de 1970, segundo Gilbert (apud CORRÊA, 2001), três conceitos de região são desenvolvidos: (1) o que entende a região como “a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (p. 187); (2) o que considera a região como foco de identificação (relações culturais, apropriação simbólica ou constituinte de uma identidade para determinado grupo); e (3) o que enxerga a região como interação social, uma visão política “com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas” (p. 188).

Na matriz lógico-positivista, destaca-se a corrente do pensamento geográfico denominada de Nova Geografia ou de Geografia Teorética (ou Quantitativa), cujos geógrafos, influenciados por aquela, “consideram que os enunciados científicos só seriam pertinentes se fossem passíveis de verificação” (LENCIONI, 2003, p. 133) e procuravam desenvolver técnicas estatísticas para realizar as análises geográficas.

Essa corrente aproximou a Geografia ao planejamento e os estudos regionais aumentou sua relação com o planejamento regional, evidenciando o Estado enquanto interventor na organização do espaço, utilizando a classificação regional, a aplicação de modelos teóricos matemáticos e a teoria geral dos sistemas (LENCIONI, 2003).

Na França, a partir da década de 1960, a escola lablachiana é renovada pelo que se denominou como Geografia Ativa, cuja proposta era a organização do espaço através da ação antrópica, por via institucional, com o uso do planejamento urbano e regional, visando alcançar um crescimento harmonioso; sendo a região discutida na perspectiva do desenvolvimento desigual, que se define pela dinâmica dos fluxos espaciais, com cidades influenciando suas circunvizinhanças em vários níveis (LENCIONI, 2003). Ou seja, a proposta era o estudo da rede urbana, com a “diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relação entre cidade e região” (CORRÊA, 2006, p. 17), além da determinação dos fatores de influência: geralmente a indústria e, mais recentemente, o setor de comércio e serviço.

Nesta linha de pensamento, Rochefort, após afirmar que “a função terciária é aquela que quantifica a capacidade regional de uma cidade” (NEVES; ABRANTES, 1967, p. 32), apresentou um método de pesquisa com o objetivo de “analisar com precisão os equipamentos terciários sobre os quais se baseiam o papel da metrópole regional” (ROCHEFORT, 1967, p. 11), visando conhecer suas funções específicas e hierarquia, utilizando como metodologia o estudo dos equipamentos terciários, a análise da influência exterior e a classificação sintética.

Dentre os equipamentos terciários, Rochefort (1967) sugere que se analise os equipamentos raros, a função comercial – principalmente o comércio atacadista e o varejo raro –, rede bancária, atividades financeiras, profissões raras, serviços administrativos, funções universitárias, culturais e artísticas (cursos superiores de graduação e pós-graduação, museus, bibliotecas, festivais, cinemas), os equipamentos médico-hospitalares e equipamentos esportivos. Na análise da influência exterior, deve-se verificar os assalariados que trabalham fora da cidade e a comunicação e migração interna.

Para Kayser (1973), “o desenho dos limites regionais já não é mais o objeto da pesquisa do geógrafo” (p. 279), “pois os limites regionais são múltiplos e dinâmicos” (p. 278), por isso, no estudo regional, deve-se considerar os aspectos naturais e históricos, a polarização, as comunicações e administração como fatores de formação das regiões (na economia capitalista), sendo estas influenciadas pelas transformações técnicas, os fatores humanos e o próprio destino da região.

Kayser (1973) menciona como aspectos/elementos fundamentais para o estudo da realidade regional (1) os laços existentes entre seus habitantes, (2) a organização da região em torno de um centro e (3) o fato de a mesma só existir como parte integrante de um conjunto, sendo, conseqüentemente, “um espaço polarizado” (p. 280-282).

O autor (KAYSER, 1973) propõe que, nos estudos regionais, se considere como elementos de análise a população e suas características demográficas e sociológicas; a utilização de recursos como terra, água, clima, florestas, energia, minérios, o mercado de capitais e o sistema de produção; os níveis de consumo e sua comparação com o rendimento *per capita*; as trocas exteriores; e a estrutura geográfica (transportes, rede urbana, população ativa das cidades, zonas homogêneas).

No Brasil, entre outros, citamos Manuel Correia de Andrade que definiu claramente a diferença entre região homogênea e região polarizada:

[a região homogênea] corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características que a aproximam uma das outras. A ideia de região polarizada, ao contrário, resulta da observação da interdependência existente entre várias áreas, às vezes pertencentes à regiões homogêneas diversas, devido à irradiação da influência comercial das aglomerações urbanas. O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca, conseqüente das transações comerciais que realiza com as áreas rurais, provoca a formação de áreas de influência e, em conseqüência, regiões polarizadas (ANDRADE, 1973, p. 39 e 40).

Segundo Andrade (1973), Rochefort, baseado no conceito de polo e de região polarizada, apresentou a hierarquia dos centros de enquadramento terciário, ou centros de polarização, para o espaço francês da época – 1967 –, classificando-os em centros locais, sub-regionais, de pequena região, de grande região e nacionais.

O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), influenciado por esta corrente da Geografia Ativa, iniciou, em 1972, a publicação da série “Regiões de Influência

das Cidades (Regic), utilizando-se da metodologia apresentada por esta corrente, sendo que as demais publicações ocorreram em 1987, 2000 e 2008.

Entretanto, muitos pensadores viam na Nova Geografia e na Geografia Ativa um excesso de técnica e estatística; as julgavam como desconhecedoras da existência do tempo e de suas qualidades (SANTOS, 1996), sendo, assim, a-histórica (CAPEL, 1985); e observavam a necessidade de se entender o conteúdo social, a sociedade, para se estudar a realidade geográfica, uma vez que “não há processos espaciais sem um conteúdo social e que não há causas e processos puramente espaciais” (LENCIONI, 2003, p. 144 e 145). Estes pensadores tiveram forte influência do Marxismo e da Fenomenologia, valorizando as questões políticas e sociais, a percepção, as experiências vividas, os sentimentos, analisando, na região, seus aspectos estrutural, funcional e subjetivo (LENCIONI, 2003).

À luz do marxismo, calcada mais precisamente no materialismo histórico e no materialismo dialético, cujas concepções apresentavam fortes críticas à situação social, política e econômica da época, surge, nas décadas de 1960 e 1970, a Geografia Crítica, também chamada de Geografia Marxista ou Geografia Radical, que trouxe maior cientificidade à Geografia. Neste período, os países de capitalismo avançado experimentam, além da questão social, crises de desemprego e de habitação (CORREA, 2007) e esta nova corrente do pensamento aproxima a Geografia dos movimentos sociais e partidários.

Para esta corrente, “a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos” (GOMES, 2009, p. 65). Já a região continuou sendo concebida como parte de uma totalidade, porém, agora sob a análise das injustiças e das desigualdades sociais impostas pelo capitalismo (LENCIONI, 2003) e as regionalizações foram estabelecidas observando-se os diferentes padrões de acumulação, a organização social e desigual desenvolvimento espacial.

Segundo Correa (2007),

Entre os avanços realizados pela geografia crítica estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da *nova* geografia. Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais (p. 21 – grifo do autor).

Assim, a Geografia, sob a influência do marxismo, procurou “estudar o passado com o objetivo de entender o presente” (LENCIONI, 2003, p. 160), primando por temas históricos e

culturais. Porém, para Gomes (2009), a Geografia Crítica procede, metodologicamente, igual à Nova Geografia, apesar de aquela recusar o funcionalismo como critério para a divisão do espaço, sendo os modos de produção a base da regionalização.

Outro problema, especialmente para o estudo regional, é o fato de se considerar a influência homogeneizadora do capital que eliminaria a região, ou pelo menos a colocaria em segundo plano (CARVALHO, 2002). Assim, em função destas injustiças e desigualdades sociais, Gilbert (1988 apud BEZZI, 2004, p. 50 e 51) descreve que a região seria entendida “(a) como resposta local ao processo capitalista; (b) como foco de identidade cultural e (c) como interação social”.

No Brasil, sob a ótica marxista, destacamos Francisco de Oliveira, para quem região seria:

O espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma espacial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA, 1993, p. 29).

Ou seja, para o autor é o modo de produção capitalista que presidirá a constituição das regiões, sendo estas, dentro daquele, espaços socioeconômicos homogeneizados por alguma forma de capital predominante que determina a hierarquia e o poder das classes sociais constituídas. Neste conceito, as dimensões política e econômica estão relacionadas, uma vez que o autor apresenta “como o controle de certas classes dominantes ‘fecha’ a região” (OLIVEIRA, 1993, p. 30 e 31).

Ainda dentro dos paradigmas da Geografia Crítica no Brasil, destaca-se também Milton Santos, cujas reflexões seguiram as análises de base materialista, a partir das divisões e diferenciações do espaço interpretadas como materialização dos diferentes modos de produção (CASTRO, 2002).

Para Milton Santos, a região já não era mais uma realidade viva, dotada de coerência interna e sim o resultado do funcionamento da economia em nível global e suas influências em determinado território e, para estudar suas interações e contradições, é preciso analisar sua gênese (aspectos históricos), os atores, “as formas, as estruturas e os processos que vão permitir o entendimento das transformações e, conseqüentemente, a apreensão da realidade, ou melhor, da dinâmica espacial” (BEZZI, 2004). Entre estes atores, destaca-se o Estado como articulador das conexões do local com o global e vice-versa.

Já sob a influência da Fenomenologia, destaca-se a Geografia Humanística – cujos alicerces encontram-se na conceituação de paisagem e de gênero de vida – e a Geografia Cultural, que se preocupava em interpretar o meio geográfico através da cultura e dos diferentes grupos humanos (BEZZI, 2004).

Nestas correntes do pensamento, a região é definida como “uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e é um elemento constitutivo de sua identidade. [Ou ainda] um conjunto específico de relacionamentos culturais entre um grupo e determinados lugares” (GILBERT, 1988 apud BEZZI, 2004, p. 62).

Por esta concepção, a região existe, é algo concreto e sua consistência está além das considerações de quem a observa (BEZZI, 2004), uma vez que, considerando-se os costumes, os hábitos e as representações que as pessoas fazem de sua existência em determinado lugar, cria-se uma consciência regional, um sentimento de pertencimento, uma mentalidade regional, fazendo deste um espaço vivido (GOMES, 2009). Assim, a análise regional deve observar como “os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e, também, nos recortes regionais” (BEZZI, 2004, p. 63).

Dentro desta leitura humanística da região, destacamos Armand Frémont, para quem era necessário redescobrir a região, pois “[em todo o planeta] os contrastes das densidades de ocupação do solo, os desequilíbrios do espaço, as especificidades das áreas culturais fazem do problema regional uma realidade” (FRÉMONT, 1980, p. 12).

As orientações e métodos de Frémont estavam voltados para a psicologia, a sociologia e a psicanálise do espaço, sem deixar de observar o conhecimento do espaço econômico – para quem as forças do conjunto econômico fundamentam as estruturas regionais – e o papel privilegiado das cidades na estruturação do espaço, enquanto centros de serviços regionais, lugares de inter-relações sociais e polos de crescimento (FRÉMONT, 1980).

Para este autor, o espaço é polarizado devido à “concentração dos serviços regionais, às inter-relações sociais, às atividades do crescimento econômico e às interações múltiplas que associam estes fenômenos uns aos outros” (FRÉMONT, 1980, p. 69) e a região funcional seria “a organização do espaço da sociedade industrial chegada ao seu mais alto grau de crescimento” (FRÉMONT, 1980, p. 186), porém, com distinção entre o espaço das firmas, o espaço econômico (financeiro e industrial), a região centrada na grande cidade e o espaço social dos homens.

Para Frémont (1980),

A região integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma

estrutura própria (a combinação regional) e que a distingue por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais) (p. 167).

No Brasil, sob a ótica do estudo da região enquanto identidade cultural, Bezzi (2004) destaca autores como Iná Elias de Castro e Rogério Haesbaert.

Com o advento do pensamento pós-moderno, as influências da economia capitalista e da globalização, valorizou-se o heterogêneo, a diferença e a descontinuidade. Não há mais o pensamento local, tudo agora é global. Todavia, isto não significa o fim da região, pois conforme Santos (1987, apud LENCIONI, 2003), “esse processo de globalização é também um processo de fragmentação, significando, assim, além de globalização, regionalização e individualização” (p. 192).

Já Thrift (1996) via três problemas a ser enfrentados pela Geografia, no estudo do regional, nos tempos pós-modernos: o primeiro é que a região estava se fragmentando, se desorganizando e tornando-se deslocada, com o surgimento de um novo localismo globalizado, onde o capital transforma lugares em mercadoria; o segundo seria como lidar com comunidade em um mundo de contexto fabricado; e o terceiro, como representar este novo mundo simulado quando já não se tem mais segurança sobre o que significa “contexto”, “comunidade” ou “local”.

Para Klink (2001), neste novo regionalismo, ocasionado pela globalização, haveria a “homogeneização do espaço, mobilidade de fatores de produção e concorrência entre lugares” (p. 17), destacando aí o papel das cidades-região.

Na atualidade, estas concepções têm de ser analisadas à luz da situação econômica, política, social e ambiental e no contexto da globalização. Por isso, sintetizando suas características gerais, Markusen (1987, apud HAESBAERT, 2005, p. 16) define região como “uma sociedade territorial contígua, historicamente produzida, que possui um ambiente físico, um milieu (meio) socioeconômico, político e cultural distinto de outras regiões e em relação a outras unidades territoriais básicas, a cidade, a nação”.

É neste contexto que Bezzi (2004) argumenta sobre a necessidade de entender a região sob uma visão política, “com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais, na diferenciação de áreas” (p. 67). Assim, o Estado aparece como modelador dos quadros regionais, seja demarcando os limites políticos-institucionais, promovendo a reprodução do capital ou fomentando infraestrutura como forma de conter movimentos sociais ou manter o *status quo* (BEZZI, 2004).

A questão regional (subnacional) liga-se à dinâmica das mutáveis divisões espaciais do trabalho e à interação entre a regionalização e o regionalismo. As regiões subnacionais, assim entendidas, são produtos de uma regionalização no âmbito do Estado nacional, ou seja, uma diferenciação geográfica particularizada, que é provisória e que pode ser criada ou (re)criada quando não atender aos interesses do Estado. Geram-se, então, algumas vezes, lutas competitivas e particulares, repletas de tensões originadas pela política, por ideologias ou pela busca de poder (BEZZI, 2004, p. 69).

São estas lutas competitivas e particulares em busca do poder e seus desdobramentos que vão influir politicamente – e também administrativa e militarmente, segundo Foucault (2005, p. 157) – nas articulações e decisões do Estado, por isso, a região aparece com um novo significado político, sendo a sua organização e sua representatividade determinantes na efetivação das ações planejadas pelo Estado (BEZZI, 2004).

É sob esta ótica que Albuquerque Júnior (2001) apresenta a região como uma relação de poder e sua especialização, sendo o Estado “um campo de luta privilegiado para as lutas regionais” (p. 26), pois, segundo o autor, a região é definida como “um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes tribos” (p. 24) e a repetição regular de determinados enunciados que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo, definirão também as relações de poder por trás do discurso e, conseqüentemente, as ações do Estado para aquela região e para aquele povo.

Para finalizar, e considerando-se as discussões sobre região na evolução do pensamento geográfico até então apresentadas, concordamos com a proposta de Bezzi (2004) sobre o entendimento de região na atualidade:

Um recorte espacial (subespaço) dinâmico, que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo, considerando as transformações naturais, humanas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais nele engendradas. [Que] deve ser entendida pelo viés da estrutura social e econômica (p. 84).

OS NÚCLEOS CENTRAIS DO CONCEITO REGIÃO

Apesar da multiplicidade de sentidos e significados de região exposta anteriormente, observa-se que vários autores apresentam algumas características em comum para este

conceito, sendo a maioria delas relacionadas à homogeneidade, funcionalidade, identidade e inter-relação dos elementos constituintes da região. Assim, considerando-se os clássicos do estudo regional em Geografia – Vidal de La Blache, Hartshorne e Sauer – e as definições de região até então apresentadas, observa-se que os núcleos centrais deste conceito estão relacionados à questão da singularidade espacial, da coesão e integração entre múltiplas dimensões do espaço, da estabilidade e contiguidade, da mesoescala de análise e da continuidade espacial (ABREU, 1996; CUNHA, 2000; HAESBAERT, 1999; 2010).

Porém, estes pontos não são de fácil visibilidade em todos os enfoques regionais, principalmente pelo fato de a região ser condicionada à percepção, intenção e olhar de quem a observa e também à dimensão e objetivo de estudo. Por isso, buscar-se-á apresentar estes núcleos comuns do conceito região por meio de suas definições e pelas discussões que alguns autores realizaram sobre o tema.

Para facilitar, começaremos pelo menos polêmico, ou aparentemente mais óbvio, uma vez que é o mais discutido nas análises regionais: o caráter escalar intermediário ou de mesoescala da região.

Este item nos faz retornar às discussões sobre escala geradas no paradigma clássico das pesquisas geográficas nas vertentes positivista e materialista, ou seja, na discussão sobre os estudos em escala regional *versus* os estudos em escala planetária:

Na vertente positivista, o primado da disjunção e da redução do complexo ao simples impôs essa escala regional como ponto de partida metodológico, valorizando a indução e minimizando as possibilidades da dedução. Na vertente materialista, a determinação da base material, “em última instância”, num bem estruturado edifício teórico-metodológico, no qual a totalidade impunha-se inexoravelmente sobre a unidade, eliminou as possibilidades explicativas da escala regional, impondo a dedução a partir de um construto teórico que não dava espaço às singularidades e particularidades (CASTRO, 2002, p. 57).

Segundo Castro (2002), apesar dos avanços que estas vertentes trouxeram para a pesquisa regional, em ambas a escala era subsumida e isto criava o dilema da não-cientificidade ou da morte da perspectiva regional. Dilema este amenizado, segundo a autora, pela reação romântica da corrente humanística que, com o estudo do espaço vivido e da etnografia, introduziram “uma questão-chave sobre a escala de validade ou adequação de seus supostos básicos” (CASTRO, 2002, p. 58).

Porém, para Bezzi (2004), mesmo na corrente da Geografia Humanística a questão da escala no estudo da região traz algumas indagações, pois, “não há dúvida de que pequenos lugares podem ser facilmente conhecidos através da experiência direta dos indivíduos. Mas e a Região? Como considerar uma grande região como o Estado-nação, que está além da experiência direta da maioria das pessoas?” (p. 64).

Para Castro (2002), o problema da escala encontra-se no fato de considerá-la apenas como uma questão matemática, esquecendo-se de se observar o seu lado fenomenológico:

... A escala não existe como medida, porque ela não fragmenta, mas, pelo contrário, integra. Ela confere sentido ao real percebido porque informa a realidade que nele existe. Daí a importância de cada território, que, independentemente da nossa visibilidade, contém o real. [...] as diversas escalas supõem campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação (p. 59).

Assim, para a autora, é preciso analisar a escala enquanto “pertinência de medida” e enquanto “unidade de concepção”, uma vez que o objetivo nesta é perceber a realidade do recorte espacial em estudo, e esta realidade, em função das relações, fatos e fenômenos, é multiescalar. Com isso, observa-se a complexidade do estudo da região, pois analisar seus aspectos físicos, históricos, culturais, políticos, administrativos, sociais e econômicos nem sempre é possível em qualquer nível; por isso, e pelas próprias discussões acima elencadas, a análise regional apresenta caráter escalar intermediário ou de mesoescala.

Haesbaert (2010a) deixa claro que no plano político-administrativo, em uma visão mais prática, ligada ao planejamento regional, vinculado ao Estado, parece haver consenso que a região, conforme Kayser (1973), deve ser trabalhada em nível intermediário, entre o poder central e os organismos locais.

Domingues (1985) ao descrever como Vidal de La Blache, por meio da “síntese regional” buscou a unidade da Geografia, dizendo que cabe ao geógrafo descrever a paisagem observando as relações locais complexas entre os fatos físicos e humanos, informa que as regiões constituem o quadro ideal para “recriar todas as redes de interligações entre a natureza e a cultura com a única preocupação de demonstrar originalidades, de as descrever” (p. 123).

Apesar destas justificativas para o estudo em caráter intermediário no enfoque regional, há de se observar que todos os autores aqui apresentados deixam claro que as

análises regionais devem entender, além da escala da região, também a escala local, da nação e a escala global (HEIDRICH, 1999), pois “o acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total” (SANTOS, 1996, p. 176), e há uma forte interrelação dos aspectos que compõem a complexidade da realidade:

Essa complexidade do real precisa ser recortada a partir de uma escolha acertada da escala, que tenha uma dimensão fenomenológica, a qual deve permitir perceber a escala como uma medida pertinente às possibilidades de um conhecimento mais correto da realidade. O importante é não fixar a explicação apenas na própria região, nem, exclusivamente na totalidade que abarca, sob pena de cair nas armadilhas já apontadas por ela mesma (CUNHA, 2000, p. 47).

O segundo núcleo a ser analisado é a coesão ou a coerência interna à região. Coesão (e suas variáveis coerente, coeso, coesivo) que significa “associação íntima, solidariedade entre os integrantes de um grupo”; “que liga, que adere reciprocamente”; “que une”; “que apresenta harmonia” (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 753 e 754), ou ainda, utilizando-se da definição da Física: “força de atração entre átomos e moléculas que constituem um corpo e que resiste a que este se quebre” (*ibidem*, 753). Mas, e no enfoque regional, esta coesão seria tão fascinante assim? Vejamos.

Para Haesbaert (2010a), esta coerência interna à região envolve as dimensões humanas e naturais do espaço geográfico e seu estudo integrador ou de “síntese”, demonstrará sua individualidade. Para ele,

Qualquer análise regional que se pretenda consistente (e que supere a leitura da região como genérica categoria analítica, “da mente”) deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-“natural”) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) – em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação – onde, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra (HAESBAERT, 2010b, p. 17).

Segundo Juillard (1965), o critério de coesão, enquanto princípio de unidade regional, se baseia sobre a ação coordenada de um centro, e os territórios individualizados, de acordo com este critério, se caracterizam por suas funções exercidas. Para Labasse (1967), este centro

nada mais é do que a metrópole regional que exerce, na e para a região, as funções de distribuição do trabalho, do abastecimento e de capitais, além de coletar a produção a comercializar e fornecer serviços de alta qualidade necessários à vida do grupo.

Estas colocações nos remetem novamente à questão da escala, pois, segundo Correa (1987), um dos argumentos de Hartshorne para se considerar a região como uma criação intelectual e não uma entidade concreta reside no fato de que se aumentar a escala, perde-se a coesão. Porém, este argumento é rapidamente respondido por Labasse (1967) ao dizer que a região “deve ser suficientemente vasta para abranger solidariedades complexas, mas não demasiadamente, para que o sentimento comunitário possa ser percebido pelas pessoas a partir das relações costumeiras de ordem econômica e social” (p. 20), justificando, mais uma vez, o caráter intermediário ou de mesoescala da região.

Há de se observar ainda que dentro deste critério de coesão encontram-se a questão da consciência ou identidade regional e a questão do movimento político, que implica em lutas sociais e relações de poder; e ambas estabelecem a constituição regional, podendo esta ser sustentada pelos laços funcionais de um arranjo socioeconômico, pela consciência regional (coesão simbólica) ou por ambas (HAESBAERT, 2010b).

Em tempos hodiernos, no contexto da globalização (e da fragmentação), Haesbaert (2010b) observa que para trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão – ou articulação regional, como prefere o autor –, é preciso identificar também os níveis de desarticulação e/ou fragmentação dos espaços dentro do espaço regional, sejam elas histórica, política, econômica, cultural, religiosa ou, até mesmo, natural.

O próximo núcleo central do conceito região a ser analisado é a singularidade espacial, que, segundo Haesbaert (2010a), Vidal de La Blache denominava de “individualidade” ou “personalidade geográfica” e Hartshorne de “diferenciação de áreas”; elementos cujas características estão relacionadas à particularidade – à peculiaridade – regional.

Inicialmente, na Geografia Tradicional, ao se pensar em singularidade, geralmente se pensava na observação da paisagem para descrever a região, seja ela natural ou humana. A preocupação do geógrafo era estudar a região como uma unidade estática, por meio da seleção e descrição de suas particularidades (PENA; CRUZ, 2010).

Porém, segundo Bezzi (2004), em períodos posteriores à revolução industrial e ao pós-guerra, os conceitos emitidos pela Geografia Tradicional ressurgem com novos significados, rompendo-se com a ideia de “regiões fechadas” e valorizando-se a integração inter-regional e “a combinação única de princípios gerais de um dado local e tempo (...), priorizando, na dualidade homem *versus* natureza, a ação transformadora do homem” (p. 45).

Atualmente, mesmo com o advento da globalização, que praticamente decretou a morte da região ao propor uma padronização espacial global, os estudos regionais pós-modernos deixam claro a necessidade de análises locais (fragmentação), buscando-se compreender as peculiaridades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais de cada parcela da superfície terrestre (BEZZI, 2004).

Para Santos (1999), “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização” (p. 16). É neste contexto que Haesbaert (1999) diz que a especificidade/singularidade regional continua a se difundir, porém, sob o efeito homogeneizador promovido pelo processo de globalização, principalmente aqueles referentes aos circuitos econômicos do capitalismo, por isso, a análise das diferenciações de áreas deve ser realizada associando-se as diferenças de grau e as diferenças de natureza, conforme apresentado anteriormente.

Para completar este subitem, analisar-se-ão os núcleos da estabilidade regional e da continuidade espacial juntos, uma vez que estes estão relacionados, respectivamente, à questão dos fixos e dos fluxos, o que nos remete à discussão sobre redes e sobre o processo de globalização, tornando-se problemático falar de estabilidade e continuidade (física) dos fenômenos no espaço (PENA; CRUZ, 2010).

Para Abreu (1966), o problema da continuidade está estritamente ligado à finalidade da determinação das regiões, tornando difícil equilibrar, num espaço socioeconômico, homogeneidade e contiguidade:

Na determinação das regiões, se se pretende apenas uma comparação especulativa entre graus de desenvolvimento, então não interessa propriamente definir regiões — espaços físicos, interessa tão somente determinar posições relativas das unidades-base. Se, pelo contrário, se pretende uma definição de áreas de intervenção (mesmo que para esta definição concorram outras características, que não a homogeneidade) então interessa definir espaços contínuos (p. 291).

Segundo Santos (1999), os arranjos espaciais hodiernos não ocorrem apenas por meio de figuras formadas por pontos contínuos e contíguos como no passado. Hoje, é preciso pensar em recortes espaciais com extensões contínuas, formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, que Santos (1999) chamou de horizontalidades, cujo processo direto de produção é o principal formador de solidariedade entre os elementos; mas também é preciso

pensar nas verticalidades, ou seja, “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, [(...) sendo] a solidariedade obtida através da circulação” (p. 13).

Diante destas definições de horizontalidades e verticalidades, Bezzi (2004) descreve que o território hoje é formado por lugares contíguos e lugares em rede, havendo, apesar da simultaneidade, diferenciações funcionais divergentes e até opostas entre eles e isto altera também a definição das regiões:

Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que fora o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje diante de nós são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes que se tornam o fundamento da sua existência (SANTOS, 1999, p. 15).

Para finalizar e considerando-se as abordagens apresentadas sobre os conceitos de região na evolução do pensamento geográfico, os tipos de regiões, os seus desdobramentos e a análise dos núcleos centrais do conceito região, conclui-se que é praticamente impossível abarcar todas as possibilidades de análise regional em um único trabalho, pois, assim sendo, o pesquisador ou o técnico planejador pode se perder em meio a tantos aspectos regionais a serem avaliados, privilegiando, inevitavelmente, alguns deles em detrimento de outros que serão analisados superficialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou revisitar o conceito de “região”, apresentando o seu debate nos clássicos da Geografia, com destaque para Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne, passando pelos conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea e região funcional, além de apresentar outros tipos e conceitos de região. Abordou-se ainda sobre os núcleos centrais do conceito “Região”, quais sejam: singularidade espacial, coesão, estabilidade, contiguidade e continuidade espacial e a mesoescala de análise.

Observando-se os vários conceitos sobre região, nota-se que estes estão relacionados à diferenciação de áreas considerando-se, individualmente ou em conjunto, os aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos, culturais, administrativos e funcionais, sendo consenso que é impossível pensar em áreas heterogêneas, independentemente de sua extensão, sem observar as características comuns de cada parte que forma o todo.

Assim, atualmente, o conceito de região está relacionado às diversas ações cujos fins são político-administrativos, de divulgação e comparação temporal de dados estatísticos, para conhecimento da realidade e da diversidade territorial do País ou Estado, no planejamento governamental, para fins didáticos, de desenvolvimento regional, descentralização administrativa e de redução dos desequilíbrios regionais.

Apesar do pleno conhecimento sobre a dificuldade de se estabelecer uma conceituação definitiva para o conceito “Região”, espera-se que o presente trabalho possa auxiliar na compreensão e utilização, acadêmica e prática, do mesmo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Armando Trigo de. Alguns métodos de análise regional. **Revista Análise Social**. Lisboa, Portugal, ano 4, n. 14, 2º trim., 1966. p. 256-291. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=7. Acesso em: 08 out. 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de. **O Grande ABC Paulista: o fetichismo da região**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMORIM, Cassiano Caon. Discutindo o conceito de região. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, n. 04, abr./maio, 2007, p. 1-19. Disponível em: <http://www.fesjf.estacio.br/revista/edicao4/ARTIGOS/EC04%20CONCEITODEREGIAO.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BEZZI, Meri Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. *In*: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, 2004. p. 39-88. (Série estudos e pesquisas, 67).

CAPEL, Horácio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1985.

CARVALHO, Gisélia Lima. Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 22, n. 01, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/regiao.pdf>. Acesso em: 05 maio, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. A região como problema para Milton Santos. *In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 30 sep. 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em: 14 abr. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. *In: CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Algumas considerações sobre análise regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 4, p. 47-52, out./dez. 1987. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n4.pdf. Acesso em: 10 ago. 2011.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: Departamento de História – UEPG, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107>. Acesso em: 13 ago. 2011.

DOMINGUES, Álvaro António Gomes. A geografia regional “vidaliana”: enquadramento teórico-metodológico e ideológico. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**. Porto,

Portugal, série 1, v. 1, p. 113-134, 1985. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3351.pdf>. Acesso em: 13 abr., 2012.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 153-165.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **As razões da região**. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Revista Antares: Letras e Humanidades**. Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade – UCS, n. 3, p. 2 – 24, jan./jun. 2010b. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416>. Acesso em: 27 fev. 2013.

HAESBAERT, Rogério. Região: trajetos e perspectivas. **Primeira Jornada de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE-RS, 04 out. 2005, p. 1 – 15. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Ano 1, n. 1, 1999, p. 15-39. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/4>. Acesso em: 13 out. 2010.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 25, 1999, p. 63-75. Disponível em: <http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/alvaroartigo4.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2012.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUILLARD, Étienne. A região: tentativa de definição. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 185, mar./abr. 1965, p. 224-236. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1965_v24_n185_mar_abr.pdf. Acesso em: 14 abr. 2012.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, Pierre *et al.* **A Geografia Ativa**. 3.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. p. 279-321.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LABASSE, Jean. À procura de um quadro regional. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 25, n. 199, jul./ago. 1967, p. 19-23. (Tradução de Emília Mendes de Almeida). Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n199_jul_ago.pdf. Acesso em: 14 set. 2011.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

NEVES, Gervásio Rodrigo; ABRANTES, Vânia Amoretty. Regiões polarizadas e homogêneas. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 26, n. 198, maio/jun. 1967, p. 27-41. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n198_maio_jun.pdf. Acesso em: 14 abr. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic; ROBIC, Marie Claire. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **Geographia**. Ano IX, n. 18, 2007. p. 7-31. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/223>. Acesso em: 11 nov. 2011.

PENA, Fernanda Santos; CRUZ, Lísia Moreira. As diversas concepções da categoria região e suas aplicações. In: XVI ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS. **Anais [...]**. Porto Alegre: AGB, jul, 2010, s/p. Disponível em: www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php. Acesso em: 13 ago. 2011.

ROCHEFORT, Michel. Um método de pesquisa das funções características de uma metrópole regional. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 198, maio/jun., 1967. p. 11-15 (Trad. Olga Buarque de Lima). Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n198_maio_jun.pdf. Acesso em: 11 nov. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p. 5-20. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf. Acesso em: 14 mar. 2013.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.